

Diálogo no cenário acadêmico: é possível?*

Daniel Calbino¹

Instituto Federal de Minas Gerais

Este trabalho teórico aborda um conflito aparentemente corriqueiro nos congressos científicos, envolvendo sujeitos que, embora apresentem posições epistemológicas semelhantes durante os congressos, acabam por se pautarem por discussões e conflitos acalorados, marcados pela individualidade dos argumentos, em vez de buscarem constituir bases em comum para a produção do saber. O objetivo central deste artigo consiste em questionar: Quais são os indícios que dificultam o diálogo na comunidade acadêmica? Além de buscar explicitar alguns dos fatores que restringem a comensurabilidade, contempla como objetivos secundários: defender o diálogo na academia; e indicar algumas diretrizes para isso. Os resultados obtidos indicam pelo menos quatro fatores que restringem o diálogo na academia: a) as premissas que sustentam a teoria da incomensurabilidade² - parte-se do princípio de que não existem medidas comuns entre os paradigmas, de modo que vivem em mundos diferentes, com “crenças” mutuamente exclusivas, com diferentes vocabulários; b) o próprio contexto de individualismo e a competitividade em que a academia se encontra - refere-se ao argumento de que o contexto da academia é marcado pela competitividade e por influências de interesses de corporações, e isso faz com que os acadêmicos tenham que se submeter a “regras” para sobreviver; c) a pouca prática para lidar com dissidências e opiniões diferentes - envolve a dificuldade de lidar com opiniões diferentes, devido ao despreparo em relação práticas da democracia; e d) a presença da vaidade - defende-se que há no campo intelectual a propensão ao narcisismo, à pretensão da superioridade fundamentada em titulações e diplomas, e à busca do melhor argumento. Além disso, aparece a necessidade de distinção, em que o intelectual busca constantemente se diferenciar de seus pares. Esses fatores parecem restringir a capacidade de refletir sobre as próprias dúvidas e limitações. Em busca de diretrizes para ampliar o diálogo, este trabalho não teve a pretensão de sanar todos os problemas apresentados, mas apenas indicar algumas possibilidades para iniciar o combate à incomensurabilidade. Dentre as propostas, foram levantados:

* Dialogue in the academic setting: is it possible?

¹ Graduado em Administração (UFESJ), mestre em Administração (UFMG) e doutorando em Administração (UFMG). É professor Assistente do IFMG. Endereço eletrônico: dcalbino@yahoo.com.br

² O conceito de incomensurabilidade foi introduzido, em 1962, por Kuhn e Feyerabend, no âmbito da filosofia da ciência. A incomensurabilidade significa que duas teorias (modelos, paradigmas) rivais não seriam comparáveis de uma forma racional e objetiva. Ou seja, entende-se pela crença na impossibilidade de estabelecer diálogos entre teorias diferentes, visto que partem do pressuposto de que as visões de mundo distintas são irreconciliáveis.

a) constituição de uma ética de responsabilidade - propõe-se romper com um valor pautado no individualismo e no utilitarismo para uma ética voltada para a coletividade; b) busca pelo diálogo - propõe-se a constituição de um argumento coletivo, pautado na disposição de romper com a lógica de vencer a argumentação; e c) realização da autocrítica constante - propõe-se combater a vaidade, que se apresenta, muitas vezes, de modo sutil na academia, refletindo constantemente as motivações e reações ao ato criticar e de receber críticas. Espera-se oferecer como contribuições deste artigo: indicar alguns dos motivos que restringem o diálogo; fomentar o debate no próprio contexto acadêmico; e propor novos caminhos para ampliar a comensurabilidade.

Introdução

Em um congresso nacional de Administração, cuja temática era “Estudos críticos com propostas permeadas por resistência, denúncia e tentativas de mudanças às formas de violência”, um professor com a titulação de pós-doutor, referência na área em razão do elevado índice de publicações e contribuições teóricas, declarou que a ausência de rigor acadêmico estava gerando vítimas na academia. Com base nesta linha de raciocínio, alegou que a vítima da vez era o autor Paulo Freire, pois os atuais acadêmicos escreviam artigos sem compreender a perspectiva epistemológica em que estava inserido e sem realizar o rigor acadêmico de estudar “a fundo” antes de citá-lo.

Durante as mesas de debates, as críticas continuaram, desta vez com apoio de seus orientandos, sendo que os trabalhos iam sendo criticados sem o cuidado de preservar a integridade dos autores. Neste processo, um dos orientandos do professor iniciou um processo contínuo de críticas, “coincidentemente”, sobre a apropriação indevida do uso de Paulo Freire em um dos trabalhos apresentados. Após as críticas, um dos autores criticados perguntou ao orientando se ele tinha lido o trabalho. Embaraçado, o orientando disse que se baseou apenas no que foi dito pelo apresentador.

Interessante observar que, aparentemente, o argumento do rigor acadêmico proposto pareceu falacioso, pois os litigantes realizaram as críticas sem ao menos ler a obra (artigo) do autor. Outro ponto problemático: ao defenderem a contextualização e o aprofundamento dos estudos de Paulo Freire, parece que, na prática, o comportamento dos críticos não coincidiu com as propostas de Freire, visto que este autor defende que ninguém sabe tudo e ninguém não sabe nada (FREIRE, 2006a). Além disso, o “método” freireano é mais próximo da dialogicidade entre educando e educador (FREIRE, 2006b) do que na visão de críticas “ácidas” e da detenção do saber absoluto sobre determinado autor.

Ao final do evento, depois de muitas discussões acaloradas, não se observou o diálogo entre os participantes das mesas, mas sim disputas para mostrar a “visão correta” sobre os autores que devem ou não ser citados.

Diante deste breve relato, este ensaio teórico tem por objetivo central questionar: Quais são os indícios que dificultam o diálogo na comunidade acadêmica? Parte-se do pressuposto de que sempre existirão visões diferentes sobre o que é ciência, o método científico utilizado e os posicionamentos ontológicos e epistemológicos. Todavia, defende-se que o problema não está na diferença de opiniões, mas na dificuldade de estabelecer diálogos em indivíduos que compartilham a mesma visão de mundo, os mesmos pressupostos.

Um ponto que parece intensificar o problema é que, ao realizar uma revisão bibliográfica nos principais congressos de Administração no Brasil³, não foi encontrado nenhum trabalho que faz menção às dificuldades de estabelecer diálogos na comunidade acadêmica⁴. Neste sentido, espera-se que o artigo, além de indicar alguns dos possíveis motivos que restringem o diálogo, possibilite fomentar o debate no próprio contexto acadêmico e propor caminhos para ampliar o diálogo.

Ciência, métodos científicos e visões de mundo

Quando se iniciam as atividades na academia, parece quase predominante nas primeiras atividades de pesquisa científica que a concepção de ciência é aquela que se distingue do conhecimento teológico, do senso comum e o conhecimento filosófico. A principal distinção da ciência está nos “critérios do saber”. Enquanto o conhecimento teológico tem por base os documentos religiosos e a revelação, o senso comum apóia-se no cotidiano e na tradição, e o conhecimento filosófico, no exercício da razão e na especulação. A proposta da ciência se sobrepõe aos demais como a alternativa de “produção” de conhecimento por meios de critérios e regras sistematizados, “disponíveis” às críticas constantes.

³ Os congressos e edições pesquisadas foram: Encontro da Anpad – ENANPAD (1980, 1981, 1982, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1996, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010), Encontro de Estudos Organizacionais - ENEO (2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010), Colóquio Internacional Poder Local – Colóquio (1999, 2003, 2006, 2009), Encontro de Administração Pública e Governança – ENAPG (2006, 2008, 2010), Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – ENAPEGS (2007, 2008, 2009, 2010), Simpósio (2006, 2008, 2010), Encontro Nacional de gestão de pessoas e relação do trabalho – ENGPR (2007, 2009), Encontro Nacional de ensino e pesquisa – ENEPQ (2007, 2009).

⁴ O método utilizado no levantamento bibliográfico foi à consulta pelo título, resumo e palavras-chaves dos artigos que envolviam as temáticas “ vaidade”, “narcisismo”, “diálogo”, “comensurabilidade” e “incomensurabilidade”.

Esta definição parece dificultar os diálogos entre os diversos modos de produção do saber, colocando a ciência como a “única” detentora de um método “rigoroso” de conhecimento (FEYERABEND, 1977). Estes pontos se tornam mais tensos quando começam a abordar quais são os métodos científicos para alcançar um processo “rigoroso” de saber e quais são as perspectivas epistemológicas na ciência.

Um breve histórico dos métodos científicos revela que a proposta do que é ciência encontra-se presente desde os filósofos socráticos, sendo retomada mais intensamente por Francis Bacon por volta do século XVII. Para este autor, as perspectivas epistemológicas e metodológicas da ciência se baseavam, principalmente, nas seguintes concepções: a) a ciência começa por observações - Bacon propôs que a etapa inicial da investigação científica deveria consistir na elaboração, com base na experiência de extensos catálogos de observações neutras dos mais variados fenômenos; b) as observações são neutras - as referidas observações podem e devem ser feitas sem qualquer antecipação especulativa, sem qualquer diretriz teórica e a mente do cientista deve estar limpa de todas as idéias que adquiriu de seus educadores, teólogos, filósofos e cientistas, senão que ele não deve ter nada em vista a não ser a observação pura; e c) indução - as leis científicas são extraídas do conjunto das observações, a partir de um processo supostamente seguro e objetivo, chamado “indução”, que consiste na obtenção de proposições gerais (como as leis científicas), com base nas proposições particulares (como os relatos observacionais) (CHIBENI, s/d).

Segundo esta perspectiva, definida também como positivismo, defende-se que a ciência deve ser neutra, apoiar-se nas observações e experimentações, não devem existir pré-concepções formadas pelo pesquisador e deve-se buscar a criação de leis gerais da sociedade. Todavia, o positivismo começa a ser questionado, principalmente, no final do século XX, emergindo novas visões da ciência, de seus métodos e posicionamentos epistemológicos. Dentre as diversas perspectivas que começam a questionar o positivismo, podem-se citar: o construtivismo social, o relativismo e dadaísmo metodológico.

Os autores que se embasam na perspectiva do construtivismo sociológico defendem que a ciência é um produto da sociedade, pois esta determina, em grande parte, as crenças dos cientistas. Os construtivistas sociológicos assumem que os cientistas apenas enganam a si mesmos quando afirmam que conhecem a realidade. O discurso científico é motivado por seus esforços para conseguir poder, e a ciência nada mais é do que um meio de opressão (MBARGA; FLEURY, s/d).

Já a visão relativista da ciência considera que a construção de cada sociedade particular em determinado período se vincula à filosofia do relativismo cultural, na qual cada sociedade tem sua própria verdade e que todas são igualmente válidas.

Neste sentido, defende que a ciência como existe atualmente é produto de um mundo ocidental. Afirma, ainda, que se fosse uma ciência islâmica seria diferente porque a natureza é sagrada segundo o Islã, e que se fosse uma ciência indiana seria baseada nos conceitos hindus de espaço, tempo, lógica e natureza (MBARGA; FLEURY, s/d).

Por fim a visão do dadaísmo científico tem por base central Feyerabend (1977). O autor define que a ciência não é a busca da verdade nem procura sistematizar observações ou aperfeiçoar previsões. Apesar de se apresentar como um conto de fadas de que ciência não é mera ideologia, em verdade, torna-se a medida de todas as ideologias. Neste sentido, o autor defende que o processo de educação deveria apresentar aos estudantes diferentes cosmologias antes de escolher a “ciência” como base. O autor ainda afirma que todas as metodologias, mesmo as mais óbvias, têm suas limitações. Negando o único método, fixo, restrito, que pretenda ser universalmente válido, propõe como alternativa o pluralismo epistemológico (PEREIRA REGNER, 1996).

É interessante notar que toda essa divisão das perspectivas da ciência dificulta o diálogo. Observa-se que, apesar de se constituírem em duas perspectivas epistemológicas “distantes”, o positivismo e o relativismo se aproximam em algo: a ausência do diálogo (SCHERER & STEINMANN, 1999). O positivismo, nega qualquer visão que seja diferente da generalização, da objetividade e da neutralidade do pesquisador, negando com isso as possibilidades de diálogo com as perspectivas diferentes. Já o relativismo, apesar de negar todas as generalizações, nega a possibilidade de diálogos entre outros paradigmas, no momento em que afirma que tudo é relativo e que nada pode ser negado. Essa impossibilidade de diálogos entre perspectivas diferentes é definida também por incomensurabilidade.

A incomensurabilidade da ciência

Incomensurabilidade é um tema já presente nos debates acadêmicos (SCHERER & STEINMANN, 1999; WEAVER & GIOIA; 1994; FEYERABEND, 1977; LAUDAN, 1976, 1977; JACKSON & CARTER, 1991; BOCHNER, 1985). Apresenta-se por meio de dicotomias entre: observacional *versus* teórico, história da ciência *versus* história da filosofia, contexto de descoberta *versus* contexto de justificação, métodos qualitativos *versus* quantitativos, perspectivas funcionalistas *versus* interpretativistas, sujeitos *versus* estruturas e ciências duras *versus* ciências moles. Tem por base a impossibilidade da comparação das classes de teorias. Reconhece-se que não existem medidas comuns entre os paradigmas, de modo que vivem em mundos diferentes, com “crenças” mutuamente exclusivas, com diferentes vocabulários.

Aqui, pode-se questionar: Quais são as premissas que impossibilitam essa comparação? Os argumentos que sustentam a incomensurabilidade são baseados na defesa de que: a) esquemas de pensamentos são incomensuráveis entre si; b) existem estágios incomensuráveis no desenvolvimento e na percepção do pensamento no indivíduo; e c) existem princípios ontológicos condicionantes das ideologias subjacentes a culturas diversas que impedem a relação entre determinadas teorias (SCHERER & STEINMANN, 1999; FEYERABEND, 1977).

Será que todos esses atributos anulam qualquer perspectiva de diálogo entre os paradigmas? Será que não existem pontos em comum que tangenciam estas perspectivas? Para responder a estas indagações, surge a proposta do pluralismo metodológico, cujo objetivo é repensar os argumentos que sustentam a incomensurabilidade, questionando:

a) Se não é possível a comunicação entre paradigmas diferentes, esta própria premissa já uma comparação. Ou seja, ao falar da própria incomensurabilidade, já se está realizando uma comensurabilidade por meio de comparações (FEYERABEND, 1977).

b) Embora as teorias sejam incomensuráveis linguisticamente, incomensurabilidade é uma característica da lingüística, mas não definida estruturalmente. Se cada um vive e trabalha com base em um paradigma incomensurável, como é possível entender-se com os outros, mesmo que apenas para delinear as diferenças? (JACKSON & CARTER, 1991). Assim, se fosse verdadeira a incomensurabilidade, os membros de outras culturas seriam conceitualizáveis apenas como animais produtores de respostas a estímulos. Diferenças no vocabulário só poderiam refletir as exigências pragmáticas de diferentes grupos. Embora os vocabulários possam ser diferentes, as línguas são compreensíveis, refletindo, em parte, o que é comum a todas as culturas (BOCHNER, 1985).

c) Filósofos da ciência argumentam que a incomensurabilidade não impede necessariamente a comparação de modelos teóricos alternativos. Queira ou não, a incomensurabilidade depende dos objetivos cognitivos e não cognitivos invocados para a investigação científica. Assim, alguns objetivos pragmáticos podem ser mensuráveis, além de permitir comparações diretas (LAUDAN, 1976, 1977).

d) A tese da incomensurabilidade não é objetivamente possível, uma vez que é dependente de critérios que não podem ser justificados de forma objetiva. Por não haver padrões objetivos de comparação, possibilita sempre um estado de “concordância” entre teorias (WEAVER & GIOIA; 1994).

Para apresentar um exemplo de pluralidade epistemológica, Weaver e Gioia (1994) abordam a teoria da estruturação de Giddens. Eles apontam que Giddens⁵ rompe com o dualismo estrutura *versus* ação ao propor uma dualidade entre estas duas perspectivas, em que as estruturas influenciam os agentes, mas estes têm a capacidade de modificá-las. Esta perspectiva coloca em diálogo dois paradigmas aparentemente confrontantes: o funcionalismo e o construtivismo. Os autores ainda afirmam que Giddens não tratou formalmente da questão dos paradigmas incomensuráveis como estudioso organizacional, mas na análise estruturacional fornece um meio para: a) articular a verdade, a natureza e a legitimidade da diversidade na pesquisa organizacional; b) mostrar que há, no entanto, certa unidade no campo; e c) fazê-lo sem recorrer às virtudes duvidosas da tese da incomensurabilidade.

Pode-se observar que existem argumentos para inferir que é possível haver determinado diálogo na academia. Todavia, por que ainda são pouquíssimas as tentativas dessa pluralidade epistemológica? Será que as visões baseiam-se apenas nas crenças de que os esquemas de pensamentos e estágios de desenvolvimento diferentes nos indivíduos impossibilitam o diálogo? Ou, ainda, que os princípios ontológicos de culturas diversas impedem a relação entre determinadas teorias? Será que os acadêmicos que defendem esses posicionamentos ainda não tiveram contato com as propostas da pluralidade epistemológica?

Para Weaver e Gioia (1994), essas indicações são pouco prováveis. Os autores afirmam que o interesse em negar a pluralidade de perspectivas está presente desde o início do século XX. Naquele contexto, os positivistas vienenses e os empiristas lógicos da escola de Berlim buscaram impor ordem ao “caos” da ciência e filosofia, delineando uma ciência unificada por meio de uma linguagem científica cuidadosamente articulada. Os positivistas lógicos tinham, assim, a esperança de eliminar o que os estudiosos chamariam de “multiparadigmático”, representado, naquela época, pelas escolas do materialismo mecanicista, fenomenologistas e dos neokantianos. Um século depois, os autores afirmam que os paradigmas incomensuráveis sugerem um retorno a uma situação não muito diferente da virada do século, a ciência alemã, só que desta vez os campos se denominam “funcionalistas”, “empiristas”, “naturalistas”, “interpretativistas”, “humanistas” e “estruturalistas”, com várias nuances de abordagens pejorativas ligada a estes termos.

Parece que as motivações para a restrição de diálogos não se limitam às justificativas apresentadas por aqueles que defendem a incomensurabilidade (pensamentos, estágios de desenvolvimento e princípios ontológicos diferentes). Trata-se, talvez, do interesse de manter uma “única” linguagem científica.

⁵ Compreende-se que as obras deste autor abrem espaço para diversas interpretações. Existem autores que defendem que por mais que exista uma tentativa de equilibrar a estrutura da ação, Giddens se posiciona mais para a estrutura. Todavia, por mais que exista certa tendência à estrutura, o exemplo mostra que o autor consegue manter certo diálogo entre dois posicionamentos aparentemente “irreconciliáveis”.

Para tentar encontrar mais explicações para a ausência de diálogo, passa-se à análise do *locus* da comunidade científica: a academia.

A comunidade acadêmica

A comunidade acadêmica, resumidamente, trata-se de um conjunto de professores e pesquisadores que desenvolve suas atividades (ensino, pesquisa e extensão) em instituições de ensino e pesquisa. Conforme foi abordado na introdução deste trabalho, as relações que permeiam este ambiente parecem problemáticas. Tragtenberg (2004, p. 15) parece concordar com esta afirmativa quando define que a comunidade acadêmica trata-se de:

[...] Um ambiente de disputas dos interesses individuais e corporativos, camuflados sob o discurso da “universidade pública”, “interesse público”, “bem-comum”, etc., os fins justificam os meios. Prevalece “a política de “panelas acadêmicas” de corredor universitário e a publicação a qualquer preço de um texto qualquer”, os quais “se constituem no metro para medir o sucesso universitário”. Neste universo, “a maioria dos congressos acadêmicos serve de “mercado humano”, onde entram em contato pessoas e cargos acadêmicos a serem preenchidos, parecidos aos encontros entre gerentes de hotel, em que se trocam informações sobre inovações técnicas, revê-se velhos amigos e se estabelecem contatos comerciais”.

Se a proposta da comunidade acadêmica, teoricamente, consiste em produzir um saber sistematizado e com “rigor”, o cotidiano parece contraditório, repleto de disputas de interesses e formações de grupos corporativistas. Além disso, se os congressos acadêmicos, teoricamente, são ambientes para disponibilizar e apresentar trabalhos às críticas, segundo Tragtenberg (2004), na prática, mostram-se mais como ambientes de lazer e de fortalecimento de *networks*.

Esta visão parece ser compartilhada também por Said (2005; p. 77) ao afirmar que a academia trata-se de um ambiente de disputas por cargos, em que os temas de pesquisa e de ensino acabam submissos aos órgãos oficiais de financiamento, que ditam “as regras” do jogo:

Os pesquisadores e professores são formados, assim, através da disputa por cargos, que são posições no mercado de trabalho de prestação de

Diálogo no cenário acadêmico: é possível?

D. Calbino

serviços educacionais, ou no mercado nem tão dissimulado da venda de pesquisa considerada científica para o Estado ou para as empresas. Para sermos aceitos nos tornamos obsessivamente obedientes às normas da ABNT, da ortografia e gramática oficiais e das leis do Estado, nos submetendo à dominação simbólica baseada na autoridade da ciência. A produção científica universitária é resultado da obediência, convicta ou a contragosto, das normas vigentes nos órgãos oficiais de financiamento à pesquisa, comitês editoriais das revistas científicas e associações acadêmicas profissionais, que transformam os professores “em técnicos de sala, altaneiros e impossíveis de compreender, contratados por comissões, ansiosos para agradar a vários patrocinadores e agências, eriçados com credenciais acadêmicas e com uma autoridade social que não promove debate, mas estabelece reputações e intimida os não-especialistas”.

Se as afirmativas destes autores forem verdadeiras, têm-se aqui alguns dos motivos que podem indicar a dificuldade do diálogo. Ou seja, o contexto em que estão inseridos, de competitividade, influências de interesses de corporações e instâncias superiores, faz com que tenham a “necessidade” de se submeterem “às regras” para sobreviver. Todavia, pode-se, ainda, questionar: Se existem indivíduos e grupos que apresentam os mesmos interesses, por que não se unem para combater esses problemas estruturais?

Talvez existam indícios nas reflexões de Tragtenberg (2004) ao analisar a fragmentação dos movimentos estudantis. Questionado sobre por que os grupos que têm as mesmas bandeiras e as mesmas propostas políticas não conseguem se unir para defender pontos que são do interesse coletivo, o autor responde que a desarticulação ocorre pelo interesse explícito por aparelhos de poder, colocando em segundo plano as bandeiras defendidas. Ainda, por estarem inseridos em uma sociedade permeada por valores capitalistas, eles tendem a refletir a dificuldade de aceitar o dissenso e as discussões, mostrando um despreparo às práticas da democracia.

Retomando ao contexto acadêmico, tais justificativas parecem auxiliar a compreensão das dificuldades do diálogo. No entanto, parece ainda persistir um fator que pode restringir o diálogo: a vaidade.

A vaidade e os acadêmicos

A vaidade parece ser um ponto de análise presente nos autores que estudam o contexto acadêmico. Mas o que é a vaidade? Recorrendo à concepção do filósofo brasileiro Matias Aires (1993; citado por MARGUTTI PINTO, 2003; p. 1) que escreveu sobre o tema ainda no século XVIII, tem-se que:

[...] A vaidade é apresentada não como uma paixão do corpo, mas da alma. Ela é vício do entendimento e não da vontade, pois depende do discurso. Eis porque a mais forte e a mais vã de todas as vaidades é a que resulta do saber. A vaidade é sem limites, durando mais do que nós mesmos, através dos túmulos aparatosos que mandamos fazer. Ela é a que mais se esconde, entre todas as paixões. Muitas vezes, oculta a si mesma, através de ações pias que nascem de uma vaidade mística ou satisfação de ver-se superior aos outros através das boas obras realizadas. A maior de todas as injúrias é o desprezo, porque atinge a própria vaidade. Até mesmo o desprezo pelas coisas vãs pode nascer do excesso de vaidade. Neste caso, tal excesso produz a aparência de uma virtude, que é a de não ser vaidoso. Embora cada ser humano conheça muito bem as vaidades alheias, desconhece as próprias. A vaidade se une a todas as paixões e muitas vezes constitui a origem principal das mesmas. Ela nasce com todas e é a última que se acaba. Até a humildade costuma nascer da vaidade, que exerce a sua influência mesmo onde parece não tê-la. E muitas das virtudes humanas surgem a partir da vaidade. Esta como que as inventou, pois, por exemplo, desprezamos a vida para ver reconhecido o nosso valor; deixamos de ser desleais para não termos de enfrentar o desprezo dos outros. A vaidade se parece muito com o amor próprio, confundindo-se talvez com ele.

Quanto à natureza e à origem da vaidade, Matias Aires (1993, citado por MARGUTTI PINTO, 2003, p. 1) argumenta:

A vaidade se encontra oculta no estado de inocência da infância, mas, com o tempo, vai crescendo e tomando conta de nossas vidas. A vaidade surge

Diálogo no cenário acadêmico: é possível?

D. Calbino

como contágio contraído a partir das relações e conversações dos homens. Nosso entendimento facilmente se infecciona com as opiniões próprias e com as alheias, com as vaidades próprias e com as dos outros.

Com base nesta definição, a vaidade é da natureza humana, no entanto desperta a partir do início das relações sociais. A principal “característica” da vaidade resulta do saber, do conhecimento. Talvez por isso encontra-se tão bem localizada no contexto acadêmico. A vaidade ainda é alimentada pelo desprezo (com base na afirmativa de que se isto é vão não é ciência) e dificulta a autocrítica (encontra-se a vaidade nos outros, desconhecendo em si). Ela, muitas vezes, apresenta-se de maneira sutil (pela humildade, ajuda ao próximo para ser reconhecido), confundindo-se conforme o autor aborda até com o amor próprio. Todavia, é interessante observar que, segundo Matias Aires (1993, citado por MARGUTTI PINTO, 2003, p. 1), a vaidade, se “coletiva”, universal, é positiva, permitindo melhorias para a sociedade:

Há vaidades universais, que compreendem toda a sociedade, e vaidades particulares, que são próprias a cada ser humano. As primeiras unem as pessoas e constituem a sociedade; as últimas separam e dividem as pessoas. [...] é dos delírios produzidos pela vaidade que resulta e depende a sociedade. O desejo de adquirir fama infunde tal valor nos homens que os transforma em heróis, em cientistas, em pessoas benignas e virtuosas. Eis porque o homem sem vaidade sente um desprezo universal por tudo, começando por si mesmo. A reputação aparece-lhe como uma fantasia, o respeito, como uma dependência servil, a benignidade, como uma virtude mercenária, a lealdade, como uma submissão necessária e a fama, como um objeto vago, incerto, que vale menos do que custa para conseguir.

Mas qual seria a vaidade no contexto acadêmico? A vaidade universal, que possibilita melhorias para a sociedade, ou a vaidade particular, que atende apenas aos interesses individuais? Weber (1993), ao analisar vaidade no contexto acadêmico, posiciona-se com a segunda perspectiva, afirmando que a vaidade pode desempenhar um papel positivo, mas que, a partir de determinados parâmetros, torna-se patologia e acaba por envenenar as relações humanas.

Aprofundando na abordagem da vaidade na academia, Bourdieu (1974) afirma que há no campo intelectual uma propensão ao narcisismo, à pretensão da superioridade fundamentada em titulações e diplomas. Neste ambiente, existe um processo denominado “circulação circulante”, em que os acadêmicos produzem bens para serem consumidos por seus próprios pares e, também, são, simultaneamente, produtores e consumidores dos próprios bens e dos bens dos outros, fazendo com que acabem por depender do reconhecimento dos pares. Bourdieu (1974; p. 108) defende que se a vaidade é natural ao ser humano e que entre os intelectuais ela é favorecida pelo caráter da sua própria atividade: “Afora os artistas e os intelectuais, poucos agentes sociais dependem tanto da imagem que têm de si próprios e da imagem que os outros e, em particular, os escritores e artistas têm deles e do que eles fazem”.

Outro fator que parece vinculado à vaidade é a necessidade de distinção. Segundo Bourdieu (1974, 2000), o intelectual está submetido à lei da distinção, pois, pela maneira como funciona o campo intelectual, ele tem que se diferenciar dos demais. Interessante notar que este processo de distinção ocorre por meio da repetição ritual, na qual os autores precisam recorrer a correntes já existentes (tanto para aumentar a citação quanto para se legitimar).

Retomando as concepções de Matias Aires (1993) sobre a vaidade no contexto acadêmico, o autor consta que o cenário é apresentado pela dificuldade de realizar a autocrítica, na qual somente existem dúvidas relacionadas às opiniões alheias: “Ter ou não ter razão é a guerra em que se passam os nossos dias e os nossos anos. Só achamos dúvidas contra a opinião dos outros, nunca contra a nossa (Matias Aires, 1993, citado por MARGUTTI PINTO, 2003, p. 1).” Ao contextualizar os motivos dos estudantes para se ingressarem na academia, constatou que uma das grandes motivações era para obter o reconhecimento: “Todos os que se dedicam às letras são motivados pela vaidade de adquirir renome. Quanto maior é a vaidade de cada um, tanto maior é a sua aplicação. Os letrados não estudam para saber, mas para que se saiba que eles sabem (Matias Aires, 1993, citado por MARGUTTI PINTO, 2003, p. 1)”.

Diante dessas observações e parafraseando Bourdieu (1974), pode-se inferir que, de modo geral, o *Homo Academicus* é também um *Homo Vaidoso*. Observa-se também que a vaidade presente neste *Homo Academicus* é a vaidade particular, na qual, por desprezar as opiniões alheias e alegando sua superioridade, restringe o diálogo e a autocrítica.

Considerações finais: em buscas de diretrizes para ampliar o diálogo

Ao retomar o relato da Introdução, pode-se questionar: Seria o discurso do professor e de seus orientandos um sincero apelo ao rigor científico e em

busca de uma vaidade coletiva, ou uma estratégia (possivelmente inconsciente) de vaidade particular (desprezando opiniões alheias)? Se a motivação das críticas estiver embasada em um ato de vaidade particular, a academia estará fadada a uma eterna briga de vaidades e à ausência de diálogo ou ainda existe espaço para uma vaidade coletiva que possibilite a comensurabilidade?

Este trabalho não teve por objetivo julgar o comportamento do professor e seus orientandos, obtendo “uma verdade” (se ele foi rigoroso academicamente ou vaidoso). Ainda, ao tentar realizar este rótulo, estaria, possivelmente, envaidecendo o autor deste artigo, que, ao deter-se sobre um “saber” (compreender os problemas da academia), legitimar-se-ia, ganhando reconhecimento e espaço político à custa do professor e seus orientandos. Neste sentido, descrever o fato ocorrido (ainda que com cargas de juízo de valor) teve apenas por intenção problematizar a dificuldade do diálogo na academia.

A proposta do texto consistiu, então, em levantar alguns dos fatores que restringem a comensurabilidade e defender a possibilidade do diálogo na academia. Para isso, foram abordados pelo menos quatro fatores que restringem a comensurabilidade: a) as premissas que sustentam a teoria da incomensurabilidade; (b) o próprio contexto de individualismo e competitividade em que a academia se encontra; c) a pouca prática para lidar com dissidências, opiniões diferentes; e d) a presença da vaidade.

Em busca de diretrizes para ampliar o diálogo na academia, esta seção não tem a pretensão de sanar todos os problemas apresentados, mas apenas indicar algumas possibilidades para iniciar o combate sobre a incomensurabilidade.

Domingues (2004), ao abordar os problemas presentes no meio acadêmico, sugere que uma saída para a academia deve levar em consideração a ética. O autor afirma que existe uma ética na academia, todavia esta ética é do pragmatismo, fundada em valores instrumentais e ideais pragmáticos, que leva à sanção do ganho e do êxito, assim como à vitória do egoísmo e dos baixos instintos. A ética dos tempos modernos resulta da fusão do utilitarismo e do hedonismo e é gerada em um tempo que, depois de clivar o juízo de fato e o juízo de valor. Contra esta ética, o autor aponta a necessidade da ética da responsabilidade. Trata-se de adotar a premissa de que as ações são de responsabilidades dos homens e, assim, devem prever as conseqüências das suas possíveis ações e decisões. Aqui, os fins não mais justificam os meios. Como uma orientação, as decisões devem ser aquelas que visam a atender ao maior número de pessoas. Todavia, o autor acrescenta que a condição é que o indivíduo, por mais prudente e responsável que seja, calculando seus atos e sopesando os resultados de suas ações, jamais poderá pela simples consideração das conseqüências de seus atos santificar suas ações e tornar éticos seus resultados. Isso porque a ciência é uma organização coletiva e as ações coletivas deverão ser contextualizadas e sopesadas, acarretando o risco de tanto levar em conta o contexto,

as exceções e os casos quanto o de a moral desaparecer e a ética se converter numa casuística. Para o autor, a ética da responsabilidade, então, passa a ser da alçada não do indivíduo, mas da coletividade, enquanto assunto e responsabilidade de uma inteligência coletiva, que deve ser o corpo dos cientistas trabalhando e decidindo coletivamente.

Por meio desta ética e levando em consideração o coletivo, parece que se tem espaço para restabelecer o diálogo. Neste sentido, pode-se apresentar a proposta de Lueken (1992) como uma das possibilidades para estabelecer a comensurabilidade na ciência. O autor inicia a proposta com a seguinte questão: Se existe uma necessidade de decisão entre partes discordantes, como realizá-la? A alternativa proposta para o autor deve ter que passar pela argumentação (diálogo). Só é possível estabelecer o diálogo utilizando o diálogo.

Em consonância, Lueken (1992) sugere que os participantes devem, mutuamente, procurar o local em que a controvérsia eclodiu e sair por um momento do único paradigma para tentar compreender o paradigma do outro. Além disso, ao invés de centrar em diferenças, devem-se buscar pontos comuns para a argumentação. Esta mesma sugestão parece presente em Platão e Sócrates ao abordarem o debate de argumentação e retórica. Eles afirmavam que a retórica (utilizada pelos sofistas) é a busca por vencer o debate, utilizando de habilidades de falar e manipular os raciocínios. Já a argumentação trata-se de sair da vaidade de “vencer” e tentar colocar os argumentos em debate (sem defender determinada perspectiva), na busca por construir o melhor argumento (CARVALHO, 2003). Todavia, esta estratégia só é possível com base em uma ética voltada para o coletivo.

Um último ponto que deve ser observado é quando Bourdieu (2000) aborda que, assim como o poder simbólico na academia, a própria vaidade, muitas vezes, é algo invisível, imperceptível, sutil, que permeia as relações entre os sujeitos. Assim, como se pode combatê-la? Parece que uma possibilidade é a autocrítica constante. Ou seja, sair das verdades absolutas (visto que uma das formas de vaidade é a dificuldade de “querer” compreender o outro) e tentar refletir sobre os comportamentos. Seria, pois, vigiar constantemente as ações, questionando o que tem motivado a agir de determinada maneira. Por que se critica este trabalho acadêmico? Como se está criticando? Qual a intenção com a crítica? Tem aceitado as críticas? Como se reage ao ser criticado?

Observa-se que se a proposta é estabelecer um diálogo na academia com base no desenvolvimento de uma ciência do coletivo, e não do particular, parece que um dos caminhos envolve o exercício constante de combater a vaidade particular, por meio da autocrítica. Trata-se de sair de si para compreender (dialogar) os demais. Conclui-se compartilhando a afirmativa de Domingues (2004; p. 1) sobre a ética na ciência:

[...] Se não podemos moralizar a ciência, nem elaborar uma ética científica com base nela, devendo a ética ficar com a filosofia, se não com a teologia (teologia moral), podemos moralizar o cientista e pensar a ética da ciência, que é a ética da responsabilidade.

Referências bibliográficas

- BOCHNER, A. Perspectives on inquiry: representation, conversation, and reflection. In: M. KNAPP & G. MILLER. *Handbook of interpersonal communication*. Pp.27-58. Beverly Hills: Sage, 1985.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, P. *Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CARVALHO, O. *Como vencer um debate sem precisar ter razão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- CHIBENI, S. *O que é ciência*. Em: <<http://www.unicamp.br/~chibeni/texdid/ciencia.pdf>> Acesso: 20 de Junho de 2010.
- DOMINGUES, I. Ética, ciência e tecnologia. *Kriterion*, 45(109), Jan-Jun, 2004.
- FEYERABEND, P. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler: três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 2006a.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Porto Alegre: Artmed, 2006b.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- JACKSON, N; CARTER, P. In defence of paradigm incommensurability. *Organization Studies*, 12(1): 109-27, 1991.
- LAUDAN, L. Two dogmas of methodology. *Philosophy of science*, 43: 585-97, 1976.
- LAUDAN, L. *Progress and its problems: towards a theory of scientific growth*. Berkeley: University of California Press, 1977.

LUEKEN, G. Inkommensurabilität als problem rationalen argumentierens. Stuttgart-Bad-Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1992. In: A.G. SCHERER & H. STEINMANN, H. Some remarks on the problem of incommensurability in organization studies. *Organization Studies*, 20, 1999.

MATIAS AIRES, E; A. Reflexões Sobre a vaidade dos Homens. São Paulo: Martins Fontes, 1993. In: MARGUTTI PINTO, P. Reflexões sobre a vaidade dos homens: Hume e Matias Aires. *Kriterion*, 44(108), Jul-Dez, 2003.

MBARGA, G. & FLEURY, J.C. *O que é ciência?* Em: <http://www.wfsj.org/course/pt/pdf/mod_5.pdf> Acesso: 20 de Junho de 2010.

PEREIRA REGNER, A.C. Feyerabend e o pluralismo metodológico. *Cad. Cat. Ens. Fis.*, 13(3): 231-47, 1996.

SAID, E. *Representações do intelectual* – as conferências de Reith de 1983. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHERER, A.G. & STEINMANN, H. Some remarks on the problem of incommensurability in organization studies. *Organization Studies*, 20, 1999.

TRAGTENBERG, M. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: UNESP, 2004.

WEAVER, G.R. & GIOIA, D.A. Paradigms lost: Incommensurability vs. Structurationist inquiry. *Organization Studies*, 15(4), 1994.

WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993.